



Inclusão digital da terceira idade: as TICs sob a perspectiva da inclusão social.¹

Ana Karoliny Martins ERNESTO²

Natália Ernesto da COSTA³

Taciana de Lima BURGOS⁴

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN

Resumo

Apesar do longo debate que vem ocorrendo sobre inclusão digital e as iniciativas do governo brasileiro, o idoso ainda está entre os mais excluídos digitalmente. O presente estudo se propôs a discutir as iniciativas e os impasses para a inclusão digital a partir da análise de dados oficiais. Com base nas vantagens que o uso adequado das tecnologias pode propiciar ao usuário, analisamos porque e como deve ocorrer essa inclusão e como ela pode auxiliar na melhoria de vida e na inserção social do idoso. A pesquisa bibliográfica mostrou como os projetos e incentivos governamentais contribuem para que a inclusão digital seja possível e quais as categorias de projetos vigoram no RN.

Palavras-chave: inclusão digital; idosos; TICs; projetos de inclusão.

Introdução

Desde a sua existência o ser humano vem desenvolvendo suas aptidões de acordo com suas necessidades e recriando-as ou criando outras. Dessa forma, o homem criou os signos, a pedra lascada (sua primeira forma de tecnologia), a pedra polida, descobriu o modo de se fazer metais e hoje chegou às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

O percurso foi longo e no meio do caminho o acesso à tecnologia ocorreu desigualmente. “Nossos ancestrais mais diretos habitavam *a mesma zona geográfica*” (LÉVY, 2001, p.18. Grifo do autor) e falavam a mesma língua, mas começam a se dispersar por vários motivos: “distanciamento geográfico, divergência de línguas, separação progressiva de culturas, invenção de mundos subjetivos e sociais” (LÉVY, 2001, p.18-19).

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Júnior, na Divisão Temática de Comunicação Multimídia, do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda da UERN. (e-mail: karolinymartins@hotmail.com)

³ Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda da UERN. (e-mail: naty_govcity@hotmail.com)

⁴ Orientadora do trabalho. Professora Mestre do Curso de Comunicação Social da UERN. (e-mail: tacionaburgos@uern.br)



Segundo Lévy, a humanidade volta a se conectar de forma limitada; em âmbito regional e em pontos do planeta que desenvolvem o comércio. E é na descoberta de “novos mundos” (novos sob o ponto de vista dos europeus), a América, por exemplo, que a conexão realmente recomeça. Depois, na Idade Média, veio a invenção dos primeiros meios de transporte e a difusão da imprensa. Os mundos e culturas subjetivos começam a convergir. Os horizontes se alargam.

Atualmente, com o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e o advento da virtualidade, o conhecimento – antes completamente submetido a questões econômicas e usado como fator de perpetuação da manipulação, um verdadeiro instrumento de poder para quem o possuía e/ou possui – tem a possibilidade de ultrapassar as barreiras de território e condição social-econômica e se tornar acessível às pessoas. Nasceram as TICs.

“Vivemos numa era marcada pela interconexão, na qual as pessoas de todo o mundo participam numa única ordem de informação, o que decorre, em grande parte, do âmbito internacional das comunicações modernas” (GIDDENS, 2004, p.456).

Contudo, as TICs não são totalmente acessíveis a sociedade mundial, do mesmo modo que a televisão e o rádio não eram quando surgiram. Destarte, surge o debate sobre a inclusão digital para os excluídos, do qual o Brasil participa há mais de dez anos. No Brasil e nos chamados países “em desenvolvimento”, a própria exclusão ocorre desigualmente entre os grupos humanos. Negros, índios, crianças e adolescentes (apesar de estarem mais incluídos domiciliarmente), idosos são mais excluídos.

A solução para o problema esbarra em questões de ordem social e educacional e as tentativas de incluir digitalmente são detidas pelos custos altos da tecnologia, falta de infra-estrutura, ausência de capacitação e políticas definidas.

O presente artigo busca mostrar a importância da inclusão digital (para incluir socialmente um dos grupos mais excluídos: a terceira idade, quais alternativas têm sido usadas pelo Governo Federal e Organizações não Governamentais (ONGs) junto à sociedade, os impasses que ocorrem para o êxito total das iniciativas de inclusão e quais os projetos em vigor a nível regional, no Estado do Rio Grande do Norte.



Inclusão versus exclusão digital

Usualmente, o governo brasileiro e alguns estudiosos do tema têm denominado como excluídos digitalmente o “grande número de pessoas sem acesso às mais diversas tecnologias de informação, à internet e sem acesso aos serviços que ela proporciona” (PIRES, 2002, p.6) ou simplesmente as pessoas privadas de “três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso” (SILVEIRA, 2001 *apud* RIGITANO, 2008, p.18).

Partindo desses conceitos, incluir digitalmente seria tornar as TICs acessíveis às pessoas, porém incluir não se resume a alfabetizar uma pessoa em informática é preciso melhorar os quadros sociais com o auxílio da tecnologia (RÊBELO, 2005). Já que a comunicação em rede se constitui também em um mecanismo de liberdade de expressão e da comunicação e “quando um cidadão não tem acesso às TICs, não se trata de ele simplesmente não ter acesso a uma tecnologia, e sim a uma instituição social, resultando, portanto, em exclusão social.” (LOPES, 2007, p.2).

Segundo Cabral (*apud* RÊBELO, 2005), o uso do termo inclusão digital é impreciso, porque omite o contexto social envolvido na questão, sendo preferível a idéia de apropriação social das TICs, que se relaciona diretamente a tomada de consciência e cidadania nas comunidades.

O problema da exclusão digital e o da exclusão social são, portanto, um ciclo, onde um fator reproduz ou acentua o outro. Por isso, não há como conceber a inclusão digital sem pensar na inclusão social. No Brasil, de acordo com dados colhidos pela Fundação Getúlio Vargas no Mapa da Exclusão Digital (MPD), em 2003 a escolaridade média dos incluídos digitais era de 8,72 anos completos de estudo, quase o dobro da média dos excluídos. A renda entre os incluídos era de 1.677 reais contra 569 reais do total da população.

Outros dados oficiais apontam a TV aberta e o rádio como as únicas TICs com as quais o Brasil não tem grandes problemas de acesso. Aproximadamente 90% dos domicílios têm um aparelho de TV e 98% possuem um aparelho de rádio (LOPES, 2007, p.5).

Como o desenvolvimento das cidades e regiões do país ocorre de forma desigual a inserção das TICs também ocorre desigualmente. De acordo com o MPD, em 2003, apenas 12,46% da população brasileira tinha acesso a computadores e somente 8,31% estão conectados à Internet, sendo que quase 97% destes poucos incluídos



digitais se concentravam na área urbana. Na região centro-oeste e sudeste do país se concentravam os maiores índices de inclusão digital (1º Distrito Federal, 2º São Paulo, 3º Rio de Janeiro) e no nordeste os estados menos incluídos (1º Maranhão, 2º Piauí).

É justamente porque o desenvolvimento social e econômico do país ocorre de forma desigual, oferecendo oportunidades de vida diferentes aos cidadãos que é tão imprescindível buscar meios para tornar as TICs mais disponíveis à população brasileira.

[...] é possível minimizar a pobreza e o analfabetismo a partir do uso das NTICs, partindo do pressuposto de que o domínio destas por parte dos cidadãos possa se traduzir em melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, bem como desenvolvimento de habilidades, criatividade e um melhor exercício da cidadania. (RIGITANO, 2005, p.2)

Destarte, diminuir ou extinguir a exclusão digital se apresenta como uma alternativa que pode atenuar ou pelo menos não reforçar as diferenças entre os grupos sociais.

Inclusão digital da terceira idade

No Brasil, considera-se idoso qualquer pessoa com a idade de 60 anos ou mais. Esse período é marcado pela degeneração das capacidades cognitivas e funcionais, pelas mudanças no sistema imunológico (que fica mais debilitado), no aspecto físico, nas relações sociais e no modo como o ser humano vê o mundo. A sociedade, inclusive, avalia como natural o aparecimento de doenças nesse momento da vida. Contudo, “velhice não é doença e, sim, uma construção social e histórica” (MONTEIRO *apud* DINIZ, 2007, p.3).

Numa cultura que valoriza a jovialidade e tudo que é novo como o ápice da modernidade (e o que é moderno é sempre o novo), o idoso tende a se anular. [...] “se a velhice tivesse atributos positivos, todos iriam querer mostrar as rugas como traços de suas histórias, valorizar cada curva do corpo, aceitar os limites corporais como sendo uma oportunidade de ver a vida por novas perspectivas [...]”(MONTEIRO *apud* DINIZ, 2007, p.3).

O idoso se isola, e esse é um dos principais motivos do afrouxamento de suas relações sociais, uma das conseqüências também de suas limitações na locomoção. Eles, portanto, fazem parte de uma parcela de excluídos sociais. Atualizar-se nesse mundo é uma tarefa prolixa, e para eles mais ainda devido ao preconceito.

“Numa sociedade capitalista, em que se valoriza a produção, geralmente a primeira dificuldade enfrentada pelo idoso diz respeito à exclusão do mercado de trabalho. Ao assumir um outro papel o de desempregado/aposentado o idoso passa a carregar o estigma de não-produtivo, o que acarreta sentimentos de desvalorização” (PEREIRA, 2004, p.1).

O afastamento do convívio social e a carência de habilidades sociais bem desenvolvidas podem gerar comportamentos sociais inadequados, como a esquivia e a agressividade (CARNEIRO, 2004) e distúrbios mentais, como a depressão. Por isso, nessa fase da vida é essencial para o ser humano “[...] manter redes de apoio social e garantir maior qualidade de vida” (CARNEIRO, 2004, p.122).

Sob esse aspecto a inclusão digital para a terceira idade revela-se beneficentemente como uma alternativa de socialização, entretenimento, potencialização de sua capacidade cognitiva, manutenção da sua autonomia além de ampliar seu horizonte de conhecimento de mundo.

Segundo (LÉVY, 2001, p.29, grifo do autor), as redes de computadores, por exemplo, “[...] suportam quantidades de *tecnologias intelectuais* que aumentam e modificam a maioria de nossas capacidades cognitivas: memória [...], raciocínio [...], capacidade de representação mental [...] e percepção”.

A sociedade passa constantemente por mudanças culturais e tecnológicas e é preciso acompanhar essas mudanças e o computador, especificamente com a internet é um dos caminhos para o idoso se atualizar (MACHADO, 2005). O uso adequado e aprimorado das TICs “[...]dá vantagem considerável aos grupos e ambientes humanos [...]” (LÉVY, 2001, p.29).

Para a terceira idade, o uso consciente da internet surge como mais um canal de exercício de sua liberdade de expressão e comunicação, participação política (devido à natureza descentralizada da internet) democratização da informação, a aproximação dos vínculos sociais com a família e amigos independentemente do tempo ou distância (através do e-mail e do orkut, por exemplo) e a superação de suas dificuldades de locomoção para execução de tarefas diárias como pagar contas ou comprar bens e serviços.



Iniciativas e impasses para a inclusão digital no Brasil

A inclusão digital no Brasil ainda atravessa por vários impasses, devido à burocracia, a falta de políticas de incentivo definidas e a forma de implantar os projetos, que assumem características regionais devido às disparidades entre os estados brasileiros.

As verbas que deveriam ser destinadas aos projetos não são potencialmente usadas, exemplo disso é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, imposto criado no Governo Fernando Henrique que incide sobre o 1% do faturamento das empresas de telecomunicações do país.

Outro problema: devido ao atraso brasileiro na corrida capitalista, as TICs já chegam defasadas ao país e ainda em âmbito regional, como é o caso da TV digital, que chegou em fase de teste para a região sudeste com um atraso de cinco anos (em relação ao seu período de lançamento) e ainda sem nenhuma interatividade.

Conforme Silveira (2003, p.18), o “obsoleto, o precário, o ultrapassado [é o que] é repassado aos extratos mais pauperizados”. O mercado e as forças da oferta se preocupam em vender seus produtos e ampliar seu domínio, por isso a inserção social das TICs não ocorre como uma externalidade positiva do cruzamento das curvas da oferta e da demanda (SILVEIRA, 2003, p.7).

Assim sendo, é preciso que o governo implemente iniciativas de inclusão digital com políticas bem definidas, pois a inserção digital não ocorre naturalmente para os extratos mais pobres da sociedade.

Segundo dados divulgados em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), existem 108 iniciativas públicas e privadas visando a inclusão digital, num total de 16.722 projetos cadastrados, sendo que 80% das ações partem do governo federal. Apesar disso, segundo o Comitê para a Democratização da Informática (CDI) hoje, um pouco mais de 350, dos 5507 municípios brasileiros, dispõe de infra-estrutura local para a internet, uma das ferramentas mais imprescindíveis para a inclusão.

Os projetos de inclusão digital no Brasil (tanto os de ação governamental como os não-governamentais) têm níveis diferentes de atuação: muitos são acessíveis à sociedade em geral sem se especificar em grupos humanos, outros não consideram o nível de escolaridade e supõem o conhecimento básico das TICs para quem os utiliza e



existem ainda vários que não têm objetivos nem programas para desenvolver a consciência dos usuários e/ou ampliar seus conhecimentos culturais.

Por isso, segundo Rigitano (2005, p.6), as iniciativas brasileiras de inclusão podem ser classificadas a partir do seu caráter de atuação em: “acesso; capacitação (ensino-aprendizado); desenvolvimento comunitário; iniciativas culturais”.

De acordo, com Rigitano:

- Iniciativas de acesso são pontos de acesso gratuito a computadores e à Internet, onde não são disponibilizados cursos de capacitação e/ou treinamentos para o referido acesso (totens e quiosques, por exemplo).
- Iniciativas de capacitação: são as que promovem cursos ou treinamento que capacitem o cidadão para possibilitar o acesso (telecentro, por ex.).
- Cursos de desenvolvimento comunitário: são as que além de promover o acesso e/ou capacitação buscam estreitar os laços comunitários a partir do uso das tecnologias.
- Iniciativas culturais: são as iniciativas que se adequam às particularidades da região onde são implantadas.

As maiores falhas que impedem o êxito total dessas iniciativas estão em problemas concernentes aos recursos físicos (computadores e telecomunicação), digitais (conteúdo relevante a depender do idioma), humanos (orientação e capacitação) e recursos sociais (suporte comunitário e institucional) (WARSCHAUER 2002 *apud* RIGITANO, 2005, p.5).

Segundo Rêbello (2005), os maiores obstáculos à inclusão digital no país são: a carência de infra-estrutura; equipamentos difíceis de serem manuseados por pessoas menos habilitadas, a baixa escolaridade dos instrutores; a política inadequada de alguns projetos brasileiros que disponibilizam o computador ou tornam sua aquisição mais fácil, mas não têm noção de objetivos e propósitos na hora de ensinar pessoas a usá-lo, e por isso não transformam a perspectiva de vida das pessoas, nem trazem soluções práticas que melhorem a vida desses novos usuários.

Dessa forma, se faz urgente que as iniciativas de inclusão digital sejam reavaliadas pelas instituições que as implantam para que a inclusão desses novos usuários das TICs não se reduza a mera alfabetização digital que não conscientiza o cidadão, não aumenta sua capacidade cognitiva, nem faz com que ele participe mais ativamente da sociedade, mas só o coloca diante dessa ferramenta como um ser passível



da massificação e do consumismo (pois o usuário continua a acessar apenas o que os mass media difundem, como o orkut e MSN, e não se utiliza das TICs para obter maior participação social).

Projetos de inclusão digital no RN

O acesso à internet nos lares potiguares ainda é muito restrito. Poucas pessoas acesso direto aos instrumentos digitais. Em 2007, de acordo com a CDI, apenas 7,9 % dos domicílios potiguares possuíam computador (Diário de Natal).

Na pesquisa feita ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT, 2005) não foram encontrados projetos de inclusão digital específicos para a terceira idade. A maioria dos projetos encontrados (em vigor ou iniciando) é para a população em geral ou para os jovens. Não havendo iniciativas que enquadrem os idosos no mundo digital, de acordo com as suas peculiaridades. Observou-se que não existem projetos de iniciativas culturais.

Considerações finais

Observou-se que o nível de exclusão digital no Brasil continua altíssimo e é ainda maior para pessoas idosas. A análise dos dados facilitou a identificação desse grupo específico nesse novo contexto social e de como a exclusão acontece e quais os maiores beneficiados diante da sociedade da informação, quais as dificuldades encontradas por eles diante da explosão de informação que é a internet e as demais ferramentas digitais, e quais os benefícios que eles podem usufruir quando se têm o acesso e o conhecimento adequado para utilizar as TICs da forma mais eficiente, além de evidenciar a carência de projetos governamentais adequados à terceira idade.



Referências

ASSECOM. **Escola de Inclusão Digital do RN é destaque em relatório da Microsoft**. [s.l.]: Nominuto, 2007. Disponível em: <<http://www.nominuto.com>>. Acesso em: 19 jan. 2008.

CARNEIRO, R.S.; FALCONE, E.M.O. Um estudo das capacidades e deficiências em habilidades sociais na terceira idade. In: **Psicologia em estudo**. Maringá, v.9, n.1, 2004.

CDI/ESPECIAL. O que é Inclusão Digital. **Terra**. [s.l.], 2007. Disponível em: <<http://cidadania.terra.com.br/interna/0,6974,OI96838-EI1234,00.html>>. Acesso em: 09/01/08.

DIÁRIO DE NATAL. **Jovens unidos em busca da inclusão digital no RN**. Natal: Diário de Natal, 2007. Disponível em: <<http://clipping.nic.br/clipping-2007/maio/jovens-unidos-em-busca-da-inclusao-digital-no-rn/>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

DINIZ, Ana Elizabeth. Percepções sobre o envelhecer. **O Tempo**. [s.l.]: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.autenticaeditora.com.br/noticias/item/8>>. Acesso em: 19 jan. 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Exclusão Digital 1**. [s.l.]: FGV, 2003. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano6/06/pesquisas.htm>>. Acesso: 19 jan. 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Exclusão Digital 2**. [s.l.]: FGV, 2003. Disponível em: <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/SUMARIO/sumario%20interativo.htm>. Acesso: 19 jan. 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Projetos de inclusão digital no RN**. Brasília: IBICT, 2005. Disponível em: <www.ibict.br>. Acesso em: 19 jan. 2008.

LÉVY, Pierre. **A conexão planetária**. Trad.: Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. 34.ed. São Paulo, 2001.



LOPES, Cristiano Aguiar. Exclusão Digital e a Política de Inclusão Digital no Brasil – o que temos feito. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. [s.l.] vol. IX, n. 2, mayo – ago.2007. Disponível: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 11 jan. 2008.

MACHADO, Rocha; SOUZA, Valdemarina Bidone de Azevedo; WAQUIL, Márcia. **Ferramentas de comunicação e informação disponíveis na internet utilizadas por idosos**. Porto Alegre: PUC-RS, 2005. Disponível em: <http://socialgest.terradasideias.net/_dlds/ferramentasdecomunicaodainternetutilizada pelosidosos.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2008.

PEREIRA, M.J.S.B.; MARTINS, G.B, CORDEIRO, P.L. Grupo de movimento: novas perspectivas no trabalho com idosos. In: **Convenção Brasil Latino América, Congresso Brasileiro e Encontro Paraense de Psicoterapias Corporais**. 1., 4., 9. Foz do Iguaçu. Anais... Centro Reichiano, 2004.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Internet, Software Livre e Exclusão Digital: Impasses e opções no desenvolvimento de políticas públicas de alcance social no Brasil. **Geouerj**. Rio de Janeiro, n.12, p.11-22, 2002.

RIGITANO, Maria Eugenia C.; Patrícia Barros Moraes. Incluindo o Brasil na Era Digital: As propostas brasileiras de inclusão digital. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DO INTERCOM, 5., 2005, [s.l.]. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17812/1/R1076-1.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2008.

RÊBELO, Paulo. Inclusão digital: o que é e a quem se destina. **Software Livre - Pequenas empresas - Educação e ensino**. [s.l.]: [s.n], 2005. Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina>>. Acesso em: 9 jan. 2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: **Seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de C.T&I**, [s.l.] 2003. Disponível em: <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-R&lr=lang_pt&q=cache:jeOx6zoC1SwJ:www.cidadefutura.org.br/meulugar/arquivos/inclusao_digital.pdf+Inclus%C3%A3o+digital+nas+escolas>. Acesso em: 11 jan. 2008.

TERRA. **Ibict apresenta mapa da exclusão digital**. [s.l.]: Terra, 2007. Disponível em: <<http://infomediavt.terra.com.br/infomediavt/?section=10&article=416>>. Acesso em: 19 jan. 2008.